Publicado em 03/07/2023 - 05:54

RS teve a maior perda de receita corrente entre Estados em 2022

RS teve maior perda de receita corrente entre Estados em 2022

Tombo de 8,2% na arrecadação se deve a fatores como corte de ICMS, estiagem e recuo em transferências da União

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

A recente inversão no cenário das finanças do Rio Grande do Sul, que acumulava boas notícias e passou a emitir sinais de preocupação, pode ser explicada em parte pela maior queda de receita corrente verificada entre todos os Estados no ano passado.

Uma análise comparativa mostra que os cofres gaúchos sofreram perda de 8,2% nos recursos em 2022 na comparação com o ano anterior – pior desempenho nacional levando-se em consideração as receitas de caráter permanente, ou seja, excluídos empréstimos e venda de bens. A deterioração das contas foi agravada pela combinação entre a redução de alíquotas de ICMS, declínio nas transferências federais e sucessivas estiagens que abalaram o agronegócio.

Nos últimos anos, após longos períodos de déficits e crises financeiras que levaram a atrasos no pagamento do funcionalismo, os gaúchos haviam passado a perceber sinais de alívio. Vencimentos foram colocados em dia, e houve fôlego para anunciar investimentos acima de R$ 6 bilhões no primeiro ano do programa Avançar.

Recentemente, o tom dos anúncios oficiais mudou. O Palácio Piratini informou que não seria possível fazer a revisão geral de salários dos servidores neste ano, recorreu a recursos cedidos por outros poderes e, um ano após concluir a adesão ao regime de recuperação fiscal (RRF), informou que a partir de 2028 não conseguirá manter em dia os pagamentos da dívida com a União se não forem novamente renegociados.

O economista e especialista em finanças públicas Darcy Francisco Carvalho dos Santos é autor do levantamento que aponta o RS como campeão na perda de receitas correntes no país, atrás de Alagoas e do Distrito Federal (únicas três regiões com variação negativa).

O especialista sustenta que o aperto no cinto é provocado por uma conjunção de fatores negativos. Alguns dos itens que comprometeram o Tesouro tiveram impacto nacional, como o corte nas alíquotas do ICMS de 25% para 17% ainda durante a gestão de Jair Bolsonaro. Mas os gaúchos enfrentaram peculiaridades que corroeram ainda mais a arrecadação local.

– Outros Estados tiveram aumento nas transferências correntes *(recursos que vêm da União)*, como Minas Gerais, ou de recursos especiais, como os royalties do petróleo, no caso do Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul não contou com nenhum tipo de compensação – analisa Santos.

Vulnerabilidade

A situação ficou ainda mais comprometida pela permanente vulnerabilidade às variações climáticas. No ano passado, a seca afetou 45% da produção agropecuária – setor fundamental para a economia gaúcha, cujo PIB despencou 5,1%. Na avaliação de Santos, o baque acabou antecipando e piorando as dificuldades para honrar os pagamentos da dívida superior a R$ 93 bilhões com a União.

– O Estado assumiu um compromisso de pagar parcelas muito elevadas, até pelo tempo em que ficou sem fazer os pagamentos. Mas, se não houvesse esse acúmulo de fatores que resultou em uma grande perda de receita, os problemas envolvendo o regime de recuperação fiscal não apareceriam tão cedo – afirma o economista.

A volta das preocupações financeiras no RS motiva críticas por parte da oposição.

– A fantasia de que o Estado estava ajustado, anunciada durante a campanha, acabou, e a conta é duríssima. O regime de recuperação *(fiscal)* é insustentável, e o governo não tem um plano de desenvolvimento econômico – afirma o deputado Miguel Rossetto (PT), integrante da Comissão de Finanças da Assembleia.

O Estado ainda registrou superávit orçamentário de R$ 3,3 bilhões no ano passado, em parte graças a receitas extraordinárias, a reduções de custos e ao pagamento parcial do débito com o governo federal. Mas, quando se analisa o resultado primário, que desconsidera recursos extraordinários ou gastos com a dívida e é considerado um indicador mais adequado para a análise de contas públicas, a cifra cai para R$ 1,3 bilhão – bem abaixo dos R$ 4,6 bilhões verificados em 2021.

A secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, sustenta que o Estado sofreu prejuízos imprevistos em razão dos cortes nas alíquotas de ICMS e das sucessivas secas, e que o RRF já previa revisões periódicas a fim de se ajustar a eventuais oscilações econômicas.

– Na própria lei *(do regime de recuperação)*, há momentos de revisão porque a economia é dinâmica, e isso precisa ser incorporado às métricas que levam à consolidação fiscal, como despesas de pessoal e resultado primário. Das ferramentas para a discussão federativa, o regime de recuperação fiscal é o que há de melhor para o Rio Grande do Sul ou qualquer outra unidade da federação. Graças a ele, fizemos reformas estruturais como a da Previdência e a administrativa – afirma a secretária.

Mudança

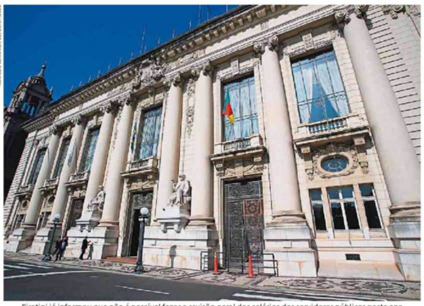
O governo estadual pretende pedir mais prazo para quitar o débito com a União e uma troca no índice de indexação, que hoje considera a inflação mais 4%, ou a taxa Selic (o que for mais baixo).

O professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Róber Iturriet Avila entende que um novo indexador traria de fato alívio aos cofres se fosse aplicado retroativamente desde 1998:

– Entre 1998 e 2013, a dívida foi indexada por um índice que era muito influenciado pela taxa de câmbio, o que elevou muito o valor. O ideal é que isso fosse revisto retroativamente.

> *O Estado assumiu um compromisso de pagar parcelas muito elevadas, até pelo tempo em que ficou sem fazer os pagamentos. Mas, se não houvesse esse acúmulo de fatores que resultou em uma grande perda de receita, os problemas envolvendo o regime de recuperação fiscal não apareceriam tão cedo.*
>
> **DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS**
> Economista e especialistas em finanças públicas

> *Entre 1998 e 2013, a dívida* (do RS com a União) *foi indexada por um índice que era muito influenciado pela taxa de câmbio, o que elevou muito o valor. O ideal é que isso fosse revisto retroativamente.*
>
> **RÓBER ITURRIET AVILA**
> Professor de Economia da UFRGS



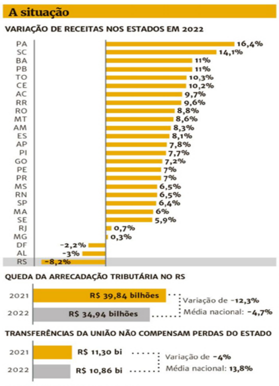
RONALDO BERNARDI, BD, 20/07/2022

Piratini já informou que não é possível fazer a revisão geral dos salários dos servidores públicos neste ano

> *A fantasia de que o Estado estava ajustado, anunciada durante a campanha, acabou, e a conta é duríssima. O regime de recuperação* (fiscal) *é insustentável, e o governo não tem um plano de desenvolvimento econômico.*
>
> **MIGUEL ROSSETTO**
> Deputado estadual pelo PT e integrante da Comissão de Finanças da Assembleia

> *Na própria lei* (do regime de recuperação fiscal), *há momentos de revisão porque a economia é dinâmica, e isso precisa ser incorporado às métricas que levam à consolidação fiscal, como despesas de pessoal e resultado primário. (...) Graças a ele* (o RRF), *fizemos reformas estruturais como a da Previdência e a administrativa.*
>
> **PRICILLA SANTANA**
> Secretária da Fazenda do RS

A situação



Os gráficos não guardam proporção entre si.
Fonte: Darcy F.C. dos Santos, com dados do Tesouro Nacional

Mudança em alíquota e seca

A redução nas alíquotas de ICMS determinada no último ano do governo de Jair Bolsonaro, que fixou o percentual cobrado em todos os Estados em 17%, provocou impacto em todo o país, mas nenhuma unidade da federação sofreu perdas tão grandes de receita corrente (excluídos empréstimos ou alienação de bens, parâmetro mais indicado para avaliar as finanças públicas) quanto o RS.

Uma das explicações para o mau desempenho local é a combinação entre a sangria do ICMS com os prejuízos impostos pela estiagem que, pelo terceiro ano seguido, compromete a produção agropecuária e, de forma indireta, prejudica a economia regional como um todo.

No caso do ICMS, os gaúchos ainda contavam até janeiro do ano passado com 30% de tarifa sobre combustíveis, energia e telecomunicações, patamar superior ao de outras regiões do Brasil, que foi reduzido para 25% e, posteriormente, 17%. Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda, as alterações legais envolvendo o imposto, que também deixou temporariamente de cobrar taxas por distribuição e transmissão de energia (recentemente retomadas), provocaram queda superior a R$ 5 bilhões. De acordo com a responsável pela pasta, Pricilla Santana, até o momento o Estado não contou com ressarcimentos da União relativos a esse prejuízo ao Tesouro:

– Houve atraso no processo de compensação já autorizado por lei complementar.

O levantamento realizado pelo economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos mostra que, apesar das mudanças nacionais no ICMS, apenas Rio Grande do Sul, Alagoas e o Distrito Federal tiveram perda de receita corrente em relação a 2021. O valor atribuído aos gaúchos, com base em registros do Tesouro Nacional, caiu de R$ 58,9 bilhões para R$ 54 bilhões entre 2021 e o ano passado.

Reflexo sentido nos tributos

As receitas tributárias – principal rubrica de arrecadação que depende da gestão de cada governo (diferentemente das transferências vindas da União, vinculadas a dispositivos legais) – também ilustram as recentes dificuldades enfrentadas pelas finanças do RS.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), a arrecadação de impostos, taxas e contribuições aumentou em 11 Estados no ano passado, e recuou em outros 16.

O Rio Grande do Sul sofreu a quarta pior queda no país, com diminuição de 12,3% em relação a 2021. Isso é reflexo, também, de dificuldades econômicas agravadas pela estiagem.

Compensação

Também sob regime de recuperação fiscal, Minas Gerais apresentou o maior declínio na arrecadação tributária, com variação de -28%. Mas pelo menos parte dessa perda foi compensada pela elevação nas transferências correntes da União – que incluem repasses determinados por lei como o Fundo de Participação dos Estados (FPE). No caso dos mineiros, houve crescimento real de 12,7% desse tipo de repasse no ano passado, enquanto os gaúchos tiveram nova queda – de 4%.

Nova regra de repasses

Um dos pontos-chave para entender a diminuição de repasses da União para o Rio Grande do Sul nos últimos anos (as transferências correntes) está em uma mudança legal ocorrida em 2013 envolvendo o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A alteração fez com que a fatia dos recursos que cabem aos gaúchos caísse de 2,35%, em 2015, a partir de quando a alteração passou a ter efeito, para pouco mais de 1% nos últimos anos (embora o Rio Grande do Sul contribua com mais de 4% dos impostos que constituem o fundo).

Segundo a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, a modificação passou a considerar a renda per capita de cada unidade da federação como um dos fatores para distribuir os recursos: quanto maior esse indicador, pelo qual os gaúchos ficam entre os primeiros do país, menor é o repasse.

O tamanho da população, cujo crescimento foi de apenas 0,14% ao ano entre os dois últimos censos no Rio Grande do Sul, é outro elemento considerado. Nesse caso, populações maiores contam com fatia mais robusta.

Pricilla afirma que recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a adoção de uma nova fórmula até 2025.

– Enquanto a nova lei não for publicada, segue valendo a regra atual. Mas, certamente, temos uma janela para redefinir o quinhão do Rio Grande do Sul – afirma a secretária.

Cenário mais favorável

Professor de Economia da UFRGS, Róber Iturriet Avila avalia que o principal fator negativo envolvendo o Tesouro gaúcho foi o corte abrupto nas alíquotas de ICMS envolvendo energia, comunicações e combustíveis.

– Essa foi a principal questão envolvendo as finanças, já que, historicamente, o Rio Grande do Sul recebe uma fatia menor das transferências da União – acredita Ávila.

Em relação ao imposto, um novo modelo substituiu a taxa de 17% por um valor fixo cobrado por litro no caso dos combustíveis, por exemplo. Também foi retomada a cobrança por transmissão e distribuição de energia.

Ainda não há uma avaliação de como vai ficar o retorno financeiro da mudança na fórmula do ICMS pelo fato de a alteração ainda ser muito recente, mas a secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, já percebe melhora progressiva nas receitas.

– Mês a mês, observamos crescimento na arrecadação do ICMS. Esperamos que o segundo semestre seja muito mais favorável do que o primeiro deste ano ou do que o segundo do ano passado. Não podemos deixar de nos preocupar, mas a perspectiva é boa – afirma Pricilla.

Apenas em relação ao retorno das cobranças sobre distribuição e transmissão de energia, que havia sido suspensa, a expectativa é de R$ 1 bilhão a mais ao ano.

Sem atraso ao servidor

A piora na situação das contas públicas do Rio Grande do Sul, que sofreu a maior queda de receitas correntes entre os Estados brasileiros no ano passado, até o momento não traz ameaça de atraso no pagamento dos servidores, conforme a Secretaria Estadual da Fazenda.

A titular da pasta, Pricilla Santana, sustenta que não há risco de o funcionalismo deixar de receber em dia apesar do declínio de 8,2% na arrecadação de caráter permanente (que exclui venda de bens ou empréstimos) provocada principalmente pelo recuo nos recursos provenientes do ICMS.

– Não há nenhum risco *(de atraso)*, mas é sempre importante destacar que a sustentabilidade das contas do Estado depende do tratamento dos riscos jurídicos que o Estado tem há décadas. Estamos mitigando esses riscos e tentando estabilizar impactos no longo prazo de forma estrutural, como na dívida com a União e nos precatórios. Mas não somos os únicos atores envolvidos. Por isso, o ajuste fiscal é um processo permanente – diz a secretária.

Comprometimento

No primeiro quadrimestre deste ano, o Estado ainda conseguiu registrar superávit orçamentário de R$ 1,9 bilhão – ainda positivo, mas bem abaixo dos R$ 4,1 bilhões verificados no mesmo período do ano passado. Além disso, a diminuição da receita fez com que o Estado chegasse ao percentual de 48,81% de comprometimento das receitas correntes líquidas com pagamento de pessoal (contra 41,84% no ano passado), muito perto do limite máximo de 49% permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Se esse patamar é desrespeitado, o Estado fica sujeito a uma série de medidas como impossibilidade de firmar operações de crédito ou receber transferências voluntárias da União.

Em 2022, ainda foi possível conceder reajuste geral de 6% na revisão geral dos salários. Mas, neste ano, o esvaziamento dos cofres fez com que o governo tenha anunciado ainda em fevereiro que não seria possível repetir a medida.

Com menos receita, um aumento linear poderia fazer o Piratini ultrapassar o teto permitido pelas normas de responsabilidade fiscal. A expectativa do governo estadual é de que a iniciativa possa ser retomada a partir do ano que vem, dependendo do cenário econômico dos próximos meses.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas públicas **Pagina:** 8 e 9

Copyright © Clipclap 2025.